

CARTA ABERTA DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL

Parnaíba (PI), 10 de outubro de 2026

Nós, pescadores e pescadoras artesanais do Camurupim (*Megalops atlanticus*) das comunidades tradicionais dos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, reunidos na *Oficina Técnica com as Comunidades pesqueiras de Camurupim para Elaboração do Plano de Recuperação da Espécie*, em Parnaíba-PI, juntamente com representantes de Federações, Sindicatos, Colônias de Pescadores, Associações, Movimentos e demais organizações da pesca artesanal, tornamos pública esta Carta Aberta para manifestar nossa preocupação com os rumos da política de ordenamento pesqueiro nacional e com os impactos que as recentes medidas restritivas vêm causando sobre nossas comunidades, nossos territórios e nossos modos de vida.

Reconhecemos a importância da conservação dos recursos pesqueiros e da construção de estratégias para recuperação dos estoques das espécies que apresentam sinais de declínio populacional. Também reconhecemos a necessidade de elaboração de um Plano de Recuperação e Gestão Sustentável do Camurupim, construído de forma participativa, transparente e fundamentado tanto no conhecimento científico quanto no conhecimento tradicional acumulado pelos pescadores e pescadoras ao longo de gerações.

Contudo, manifestamos nossa indignação e profunda preocupação com a forma como vêm sendo conduzidas as decisões relacionadas à proibição da pesca do camurupim e de outras espécies. Tais medidas têm sido adotadas sem a participação efetiva das comunidades diretamente afetadas e sem a existência de informações pesqueiras suficientemente robustas que retratem a realidade da pesca artesanal em nossos territórios.

Denunciamos a ausência histórica de estatísticas pesqueiras consistentes para espécies de grande relevância econômica, cultural e alimentar, como o camurupim. Consideramos indispensável a construção de sistemas de monitoramento e bancos de dados participativos que subsidiem decisões mais

justas, transparentes e adequadas à realidade dos povos das águas. Alertamos que medidas restritivas implementadas sem diálogo, sem participação social e sem a devida avaliação dos impactos socioeconômicos podem comprometer a sobrevivência de milhares de famílias que dependem exclusivamente da pesca artesanal para garantir renda, alimentação e dignidade.

Também destacamos que a situação dos estoques pesqueiros não pode ser analisada de maneira isolada, desconsiderando fatores que historicamente contribuem para a degradação dos ambientes aquáticos, entre eles destacamos:

- A destruição dos manguezais, lagoas costeiras e estuários;
- O assoreamento e a alteração dos cursos naturais dos rios;
- A poluição e contaminação das águas por efluentes de diferentes atividades produtivas;
- A expansão desordenada de empreendimentos com impactos sobre os ecossistemas costeiros;
- As mudanças climáticas e o aquecimento global;
- A perda de áreas de reprodução, alimentação e abrigo das espécies pesqueiras.

Nós, pescadores e pescadoras artesanais do Brasil aqui representados, reivindicamos participação irrestrita, permanente, qualificada e efetiva em todos os processos decisórios relacionados ao ordenamento pesqueiro nacional, garantindo o respeito aos direitos assegurados pela Constituição Federal, pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Defendemos nossa autonomia, nosso protagonismo e o reconhecimento do conhecimento tradicional pesqueiro como patrimônio coletivo construído ao longo de muitas gerações. Nossos saberes, práticas e experiências não podem continuar sendo ignorados nos processos de formulação das políticas públicas que afetam diretamente nossas vidas.

Repudiamos a adoção de modelos de gestão baseados exclusivamente em concepções oriundas da biologia da conservação quando aplicados de forma descontextualizada e sem o devido reconhecimento das dimensões sociais, culturais e econômicas da pesca artesanal. Quando implementadas sem diálogo e sem justiça social, tais abordagens acabam intensificando processos de exclusão, produzindo injustiças ambientais e ampliando a vulnerabilidade das comunidades tradicionais.

Nós não somos contrários à conservação. Somos, na verdade, os principais interessados na proteção dos recursos naturais dos quais dependemos para viver. O que rejeitamos é a imposição de medidas construídas sem nossa participação, sem respeito aos nossos direitos e sem consideração pelas consequências sociais decorrentes dessas decisões.

Neste momento, nós, pescadores e pescadoras artesanais do camurupim, nos sentimos sufocados por um processo excludente que restringe nossa atividade, desconsidera nossos direitos e ameaça a continuidade de nosso modo de vida. Se esse processo persistir, corremos o risco de assistir não apenas à redução das populações de determinadas espécies, mas também ao desaparecimento de comunidades tradicionais inteiras. Em outras palavras, enquanto se fala da ameaça de extinção dos peixes, somos nós, pescadores e pescadoras artesanais, que estamos sendo empurrados para um processo de extinção social, cultural e econômica.

Diante desse cenário, apresentamos as seguintes reivindicações e encaminhamentos:

Reivindicações e Encaminhamentos

1. Atendimento imediato e urgente

Exigimos a imediata garantia da continuidade da atividade pesqueira artesanal do camurupim até a conclusão dos estudos técnicos, da construção participativa do Plano de Recuperação e Gestão Sustentável da espécie e da publicação de nova regulamentação, assegurando que nenhum pescador ou pescadora seja penalizado, autuado, criminalizado ou privado de exercer sua atividade durante esse período de transição.

2. Participação permanente dos pescadores artesanais

Exigimos participação irrestrita, permanente e efetiva dos pescadores e pescadoras artesanais em todas as instâncias de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas de ordenamento pesqueiro nacional.

3. Consulta prévia, livre e informada

Exigimos o cumprimento integral da Convenção nº 169 da OIT, garantindo consulta prévia, livre e informada sempre que medidas administrativas ou normativas possam afetar nossos territórios, atividades produtivas e modos de vida.

4. Criação de Grupo de Trabalho Nacional

Propomos a criação de um Grupo de Trabalho Nacional paritário, com ampla representação da pesca artesanal, para discutir, acompanhar e deliberar sobre as medidas relacionadas ao camurupim e demais espécies de interesse da pesca artesanal.

5. Reconhecimento do conhecimento tradicional

Exigimos que o conhecimento ecológico tradicional dos pescadores e pescadoras seja formalmente reconhecido como elemento indispensável aos processos de avaliação, monitoramento e tomada de decisão na gestão pesqueira.

6. Retomada das estatísticas pesqueiras

Reivindicamos a retomada e o fortalecimento do sistema nacional de estatística pesqueira, com o protagonismo e participação direta das comunidades tradicionais na coleta, produção, validação e acompanhamento dos dados, reconhecendo e fomentando o automonitoramento nesses territórios do Brasil, não como um projeto ou programa e sim como uma política pública permanente.

7. Construção participativa do Plano de Gestão do Camurupim

Defendemos a elaboração de um Plano de Recuperação e Gestão Sustentável do Camurupim construído com ampla participação social, conciliando conservação da espécie, segurança alimentar, geração de renda e justiça socioambiental.

8. Enfrentamento das causas reais da degradação ambiental

Reivindicamos políticas efetivas de proteção dos manguezais, estuários e rios, controle da poluição, combate ao assoreamento, fiscalização dos empreendimentos impactantes e recuperação dos habitats essenciais para as espécies pesqueiras. Exigimos a não liberação de nenhuma licença ambiental para usinas offshore e minerações em nossos territórios

9. Proteção dos territórios pesqueiros tradicionais

Exigimos o reconhecimento, a proteção e a garantia dos territórios pesqueiros tradicionais como condição fundamental para a permanência das comunidades pesqueiras artesanais.

10. Construção de uma política pesqueira justa e democrática

Defendemos uma política nacional de gestão da pesca fundamentada na justiça socioambiental, na valorização dos povos e comunidades tradicionais, na soberania alimentar e na integração entre conhecimento científico e conhecimento tradicional.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso com a conservação dos recursos naturais, com a sustentabilidade da pesca artesanal e com a defesa dos territórios e modos de vida das comunidades pesqueiras. Não aceitaremos que a proteção da biodiversidade seja utilizada como justificativa para excluir aqueles que historicamente contribuíram para sua conservação.

Sem os pescadores artesanais não haverá justiça ambiental, soberania alimentar nem gestão pesqueira verdadeiramente sustentável.

Parnaíba (PI), 10 de outubro de 2026

Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil reunidos no I Encontro do Camurupim em Parnaíba-PI, Representantes de Federações, Sindicatos, Colônias, Associações e Movimentos da Pesca Artesanal, abaixo:

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos -CONFREM BRASIL

Articulação Nacional das Pescadoras - ANP

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP

Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras – CPP Regional Ceará e Piauí

Articulação Povos de Luta - ARPOLU

Movimento das Antigas e Atingidos pelas Renováveis - MAR

Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, Marisqueiras, Trabalhadores e Trabalhadoras da Pesca Artesanal do Município de Beberibe – SINDPAB;

Federação dos Sindicatos dos Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais no Estado do Ceará – FESINPECE;

Associação dos Pescadores da Praia das Fontes-APPF- Beberibe-CE

Sindicato dos Pescadores (as) Profissionais e Artesanais de Bitupitá/Barroquinha-CESINDPESCABAR-CE

Associação dos Pequenos (as) Agricultores (as) e Pescadores (as) assentados (as) do Imóvel Sabiaguaba- APAP AIS-Amontada -CE

Colônia de Pescadores Profissionais e Artesanais e Aquicultores-Z19 de Itarema-CE

Sindicato de Pescadores e Pescadoras Profissionais e Artesanais de Aguas Doces e Salgadas do Município de Camucim-CE- SINDPESCACAM;

Associação de Moradores e Pescadores Artesanais e Artesão e Turismo Comunitário do Farol Pontal do Maceio- Fortim -CE

Colônia de Pescadores Profissionais e Artesanais e Aquicultores-Z12 de Aracati-CE

Colônia de Pescadores Profissionais e Artesanais e Aquicultores-Z10 de Cascavel-CE

Associação dos Moradores de Lagoinha-ASMOSAL-Paraipaba-CE

Associação de Pescadores e Marisqueiras da Reserva Extrativista do Batoque - Aquiraz -CE

Colônia de Pescadores Profissionais e Artesanais e Aquicultores-Z-05 de Paracuru-CE

Coletivo Guerreiras das Águas -Paracuru-CE

Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba - ACOMOTA

Colônia de Pescadores Profissionais e Artesanais e Aquicultores -Z 38 - Parnaíba – PI

Associação Comunitária de Pedra do Sal -PI

Colônia de Pescadores Z-06 Cajueiro da Praia – PI

Associação Mãe da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba-AMARDELTA-PI/MA

Colônia de Pescadores Z-17- Tutório -MA

Colônia de pescadores Z-09 Macau-RN

Colônia de Pescadores Z-06 Canguaretama-RN

Associação das Marisqueiras de Ostricultora de Macau - AMOM- Macau-RN

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP-RN